

HABEAS CORPUS Nº 547.799 - SP (2019/0352975-0)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : FLAVIO STABEL DE OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADOS : NATÁLIA DE FÁTIMA BONATTI - SP290310
FLAVIO STABEL DE OLIVEIRA - SP381561
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : R L DA S (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar deduzido em **habeas corpus**, impetrado em favor de R L DA S, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, no julgamento da Apelação n. 0003137-71.2017.8.26.0526.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 14 (quatorze) anos de reclusão, em regime inicial fechado, em razão da prática do crime previsto no art. 217-A, **caput**, c/c art. 226, inciso II, por diversas vezes, na forma do art. 71, todos do Código Penal.

Sustenta o impetrante a ilegalidade do v. acórdão impugnado quanto à determinação da imediata execução provisória da reprimenda privativa de liberdade pelo sentenciado antes do trânsito em julgado da condenação.

Alega que está pendente de julgamento o recurso especial e recurso extraordinário interpostos, sendo devida a soltura do paciente, nos termos do recente entendimento firmado pelo STF no sentido do não cabimento da execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da sentença.

Requer a concessão da liminar para que seja determinada a suspensão da execução provisória da pena, garantindo-se ao paciente o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da sentença condenatória.

É o relatório.

Decido.

A linha da jurisprudência até então firmada no âmbito desta Corte seguia o entendimento estabelecido pelo Plenário do col. Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do **HC n. 126.292/SP**, em v. acórdão publicado em **17/5/2016**, de relatoria do e. Min. **Teori Zavascki**, oportunidade em que o pedido formulado foi indeferido e decidido pela possibilidade do início do cumprimento da pena após o julgamento da apelação. Em outras palavras, estaria autorizada a execução provisória da pena após o julgamento de segunda instância.

Tal entendimento, **cumpre frisar**, foi alterado pela Suprema Corte, em **07/11/2019**, no julgamento de mérito das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54.

Naquele julgamento, por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal alterou o entendimento jurisprudencial e **concluiu que a prisão para execução da pena somente é possível após o trânsito em julgado da ação penal, ou seja, com o esgotamento de todos os recursos cabíveis**.

Portanto, a prisão antes de esgotados todos os recursos cabíveis só poderá ocorrer por decisão individualizada, com a demonstração da existência dos requisitos para a prisão preventiva, previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal.

No caso dos autos **verifico que a ação penal ainda não transitou em julgado**, bem como que **o ora paciente respondeu ao processo em liberdade**, portanto, de acordo com o novo entendimento definido pelo Supremo Tribunal sobre a necessidade de se aguardar o trânsito em julgado para o início da execução da pena, ressalvadas a hipótese de prisão cautelar e a determinação da custódia com essa natureza, condições e efeitos, **concedo a liminar** para garantir o direito ao paciente de aguardar em liberdade o trânsito em julgado de sua condenação, salvo se por outro motivo estiver preso.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade apontada como coatora.

Após, vista ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator